



Um amontoado de carros velhos



As oficinas não só enfejavam a W/3 Norte, como distorciam o Plano de Lúcio Costa

O PLANO CORRIGIDO

Quando o então Deputado Federal Paulo de Tarso assumiu o cargo de Prefeito de Brasília, em 1961, trazia orientação definida: respeito absoluto ao Plano Piloto e à filosofia que o inspirara. Por isso mesmo, entendia que as cidades-satélites deveriam ser estimuladas somente depois de preenchidos os vazios das duas Asas. Naquele tempo, apenas uma parte da Asa Sul estava ocupada; na Asa Norte, praticamente só existiam barracos de madeira levantados por "invasores" e as super-quadras 403/404 e 403/406, localizadas entre as avenidas L-1 e L-2 e chamadas "Asa Norte residencial". O mais era o cerrado...

Paulo de Tarso compreendeu, então, que tinha de construir a Asa Norte. Os recursos destinados à Prefeitura não permitiam a tarefa. A solução encontrada foi a seguinte: o Núcleo Bandeirante, ou Cidade Livre, como preferiam os pioneiros, surgiria do acampamento das empresas construtoras. E, de acordo com a Novacap, deveria desaparecer tão logo a Capital fosse inaugurada. Era difícil desalojar milhares de pessoas, que não tinham para onde ir. Os próprios comerciantes sentiam o drama, e alertavam a autoridade para o problema social que surgiria em decorrência da destruição da Cidade Livre.

A solução encontrada foi esta: facilitar o acesso dos empresários à Asa Norte. Todos os que decidiram colaborar receberam prontamente lotes na Asa Norte, e a transferência começou a ser feita. Evidentemente, com os empresários chegaram os aventureiros; e começaram a surgir barracos de todo tipo, oficinas de toda especialidade. E a "Asa Norte Comercial", onde se abriram, tornou-se a Mea de encanadores à procura de serviço, de mecânicos iniciantes, de profissionais frustrados ou que andavam à procura de oportunidades.

Pouco depois, o Presidente Jânio Quadros surpreendeu o País com a renúncia espetacular. Brasília, que esperava muitas realizações do

Prefeito Paulo de Tarso, começou a longa espera do prosseguimento da construção da Asa Norte. Vieram novos Prefeitos, cada qual trazendo nova filosofia e promovendo prioridades em outros setores. Como os recursos do Distrito Federal continuavam escassos no Orçamento, a Asa Norte foi ficando para o futuro.

O recente Seminário de estudos dos Problemas do Distrito Federal, promovido pela Comissão do Distrito Federal do Senado levantou, de novo, preocupações pelo término da Asa Norte. Durante os debates, ficou assinalado que a especulação imobiliária tem sido causa impeditiva da continuação das obras. Além disso, muitas entidades, como a Universida-

de de Brasília, adquiriram grande número de projeções, que são mantidas alheias aos canteiros de obras, prejudicando a cidade e provocando a elevação de preços dos terrenos.

Lúcio Costa, em várias oportunidades, salientou a necessidade de prosseguir-se a construção daquela parte da cidade. Para o autor do Plano Piloto, somente depois de concluída Brasília se deveria dar atenção às cidades-satélites. A Capital brasileira está inconclusa, salientou, e isso não deve perdurar.

O Governador Elmo Serejo, que já demonstrara propensão pela Asa Norte, aceitou as sugestões do Seminário, iniciando prontamente os estudos, no sentido de serem desalojados os "invasores" e retiradas dezenas de pequenas oficinas de biscateiros.

Quarta-feira os proprietários de oficinas mecânicas instaladas na W-3 Norte receberam comunicação de que, no prazo de cinco dias, deverão fechar seus estabelecimentos. Os infratores serão punidos com multas e interdição, pois o Governo está disposto a dar prosseguimento nas obras de construção reclamadas.

De pronto, surgiram argumentos e reclamações. Falou-se em crise de desempregados, em rescisões de contratos, em indenizações a serem feitas. Sucede que, ao instalar oficina mecânica em local impróprio, os donos tinham consciência de que praticavam erro e se submetiam, por conseguinte, ao ônus, quando surgisse providência corretiva. Logo, nenhuma culpa ou responsabilidade cabe ao Governo do Distrito Federal, que não pode nem deve ser freado em sua ação construtiva em virtude de interesses que só impedem ou retardam a conclusão de Brasília.

A construção da Asa Norte é problema de primeira prioridade, e essa é a orientação do Gover-

no do Distrito Federal. Aliás, é bom salientar que, o então Prefeito Paulo de Tarso também sofreu campanha de desinteressados em impedir a ação governamental.

Em julho de 1961, o Prefeito Paulo Tarso esclarecia que os comerciantes do Núcleo Bandeirante que se transferissem para a Asa Norte, receberiam a baixo custo os lotes que desejassem, obtendo financiamento da Caixa Econômica. Inicialmente,

as instalações poderiam ser em madeira, mas deveriam ser de alvenaria, no prazo de 18 meses. Se a construção do estabelecimento definitivo se fizesse em nove meses, o comerciante pagaria apenas metade do preço do lote. Assinalava o sr. Paulo de Tarso que, agindo dessa forma, o Governo oferecia aos comerciantes um bom negócio e, ao mesmo tempo, contribuía para a conclusão da Capital.

Mesmo agindo dessa forma, o Prefeito do Dis-

trito Federal foi combatido. As providências visando a higiene nos estabelecimentos do Núcleo Bandeirante chegaram a motivar ação judicial contra o poder público. Numa sentença, o então juiz José Júlio Leal Fagundes salientou:

--Juiz dos negócios públicos, estou sempre atento aos movimentos da máquina administrativa e venho observando o empenho da administração local, no sentido de sanear, higienizar, urbanizar e reduzir as

proporções do ingurgitamento do Núcleo Bandeirante que, só pela sorte, ainda não fez periclitar a saúde dos habitantes da Nova Capital da República. Noto, igualmente, a liberalidade que orienta a aludida administração local, ora propiciando facilidades nas aquisições de lotes valorizados do Plano Piloto, ora indenizando a quem, a rigor não tem direito a indenização alguma, tudo com o objetivo alto de obter a cooperação para o referido empenho

público, só pernicioso às indústrias de favela, aos vendedores de luz, às rendosas sublocações de barracos e às explorações demagógicas".

Apesar de toda a boa vontade, como salienta o magistrado, o Prefeito Paulo de Tarso contou com a má vontade dos que preferiram boicotar a administração.

Nesta hora, portanto, em que o Governo do Distrito Federal se decidiu pelo término da Asa Norte, nenhum fator deve constituir empecilho.



Os remanescentes da "mudança" do Núcleo Bandeirante